

Posição propositiva da APAP

Conselho Consultivo do PC | IP

23 de Março de 2026

No âmbito do Conselho Consultivo do Património Cultural Imaterial (PC | IP) e de forma a evitar sobreposição com outros domínios de prática, a intervenção da APAP centra-se especificamente na interface entre Paisagem e Património. Esta delimitação permite uma actuação tecnicamente consistente e estrategicamente focada, orientada para o reconhecimento da paisagem como componente estruturante do património cultural imaterial.

Neste contexto, privilegia-se o desenvolvimento de propostas e recomendações que promovem a valorização da paisagem enquanto expressão viva de processos culturais, ecológicos e sociais.

A paisagem é entendida como um sistema complexo e dinâmico, cuja leitura e intervenção exigem uma abordagem multidisciplinar, integrando contributos da ecologia, da arquitectura paisagista, da história e da gestão territorial. Tal enquadramento permite estruturar respostas mais vigorosas e eficazes face aos desafios contemporâneos, designadamente os decorrentes das alterações climáticas, da intensificação de eventos extremos e das transformações socioeconómicas.

A actuação orienta-se, assim, para a construção de estratégias de resiliência e adaptação da paisagem, assentes na qualificação do desenho, na diversificação ecológica, na revalorização dos sistemas tradicionais e na integração de soluções baseadas na natureza.

Esta abordagem implica não apenas a conservação de valores existentes, mas também a sua activação enquanto recursos dinâmicos, capazes de gerar identidade, coesão territorial e sustentabilidade a longo prazo. Neste enquadramento, reforça-se o entendimento da paisagem como património activo, cuja salvaguarda não se esgota no reconhecimento formal. Exige-se, pelo contrário, uma gestão contínua, adaptativa e inovadora, suportada por instrumentos eficazes de planeamento e por modelos de governação colaborativa que envolvem comunidades locais, entidades públicas e agentes privados.

A devastação provocada pela tempestade “Kristin” evidencia, de forma inequívoca, a fragilidade estrutural da paisagem portuguesa e a insuficiência dos actuais instrumentos de gestão e salvaguarda do património paisagístico. Esta ocorrência não deve ser interpretada como um episódio isolado ou meramente conjuntural, mas como a manifestação de vulnerabilidades acumuladas ao longo do tempo.

A análise do impacto revela que a extensão dos danos não decorre exclusivamente da intensidade do fenómeno meteorológico, mas resulta igualmente de processos prolongados de descontinuidade na gestão territorial, simplificação dos sistemas ecológicos, abandono de práticas tradicionais e desvalorização do desenho e planeamento da paisagem. A ausência de continuidade funcional, a fragmentação ecológica e a homogeneização dos usos do solo contribuem para a redução da capacidade de resposta e regeneração dos sistemas paisagísticos.

Perante este cenário, afirma-se a necessidade de uma abordagem estruturada e prospectiva, que ultrapassa respostas reactivas ou meramente reparadoras. Impõe-se a redefinição de modelos de intervenção que integrem a paisagem como infra-estrutura essencial, articulando políticas públicas, instrumentos de planeamento e práticas de projecto numa lógica de longo prazo.

A actuação da APAP, no âmbito do Conselho Consultivo do PC | IP, orienta-se assim para a produção de conhecimento, a definição de critérios e a formulação de recomendações que contribuam para a qualificação da paisagem enquanto património cultural imaterial, reforçando a sua centralidade nas políticas territoriais e promovendo uma cultura de projecto informada, crítica e comprometida com a sustentabilidade e a resiliência do território.

Neste enquadramento, importa sublinhar cinco eixos fundamentais:

1. Paisagem como património activo

O património paisagístico não se limita a valores cénicos ou identitários; integra sistemas vivos, infra-estruturas verdes e práticas culturais. A sua salvaguarda exige gestão continuada e não apenas classificação ou inventário. A tempestade revelou que muitos destes sistemas estavam fragilizados ou desconectados.

2. Vulnerabilidade associada à homogeneização

Áreas extensas com monoculturas, ausência de estratos arbustivos e descontinuidade de mosaicos agro-pastoris aumentam exponencialmente o risco de colapso perante eventos extremos. A diversidade estrutural da paisagem é um factor de resiliência, não um elemento decorativo.

3. Infra-estrutura verde como sistema de protecção

Corredores ecológicos, galerias ripícolas, sistemas arbóreos urbanos e periurbanos e solos permeáveis desempenham funções críticas de amortecimento. A sua degradação amplifica os efeitos de tempestades, cheias e ventos fortes.

4. Falhas na integração disciplinar

A ausência sistemática de arquitectos paisagistas em processos de planeamento e gestão territorial contribui para soluções fragmentadas e tecnicamente insuficientes. A paisagem continua, muitas vezes, a ser tratada como residual face a outras infra-estruturas.

5. Necessidade de mudança de paradigma

A resposta não pode limitar-se à reposição do estado anterior. É necessário reconverter, redesenhar e requalificar a paisagem com base em critérios de resiliência climática, multifuncionalidade e continuidade ecológica.